



185ª ATA ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO CARAGUAPREV

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 09h, o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet. Presentes à reunião o Presidente Anderson Franco Boytchuk do Nascimento e os membros Pedro Ivo de Sousa Tau, Adriana Zambotto Fernandes, Ivone Cardoso Vicente Alfredo e Rosemeire Maria de Jesus. Declarada aberta a reunião, o Presidente do Comitê agradeceu a presença de todos e elencou os itens da pauta sendo: 1) Prestação de Contas Maio/2026; e, 2) Certificação profissional RPPS. Após o Presidente do Comitê passou a palavra para a servidora Sra. Luana F. Guedes, da área de investimentos, que apresentou o primeiro item da pauta que trata da Prestação de Contas do mês de maio de 2026, que está disponibilizada no site do Instituto, sendo enviado o link para os Conselheiros no ato da convocação da reunião, os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS, o relatório mensal e trimestral dos investimentos e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional. Após foi apresentado o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2026, com os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto, médio e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Explicou ainda que no mês de maio de 2026 a carteira de investimentos do CaraguaPrev em renda fixa e investimentos estruturados apresentaram performances positivas no mês, já os investimentos em renda variável apresentaram performances negativas. A rentabilidade geral da carteira no mês foi de 1,03%, acima da meta atuarial do mês que foi de 1,02%. O IPCA (inflação) apresentou a variação positiva de 0,58% no mês, desacelerando em relação a abril (que havia registrado 0,67%). Apesar dessa perda de ritmo no índice geral, a forte pressão exercida pelo grupo de alimentação e bebidas (impulsionado por itens básicos e tubérculos) e os custos de habitação (devido à ativação da bandeira tarifária amarela na energia elétrica) mantêm o cenário inflacionário desafiador. A última ata da reunião do Copom registrou a redução da taxa Selic para 14,50% a.a., ao mesmo tempo em que reforçou uma postura cautelosa diante do elevado grau de incerteza do cenário externo e das pressões sobre a inflação. Em linhas gerais, o cenário econômico do Brasil em maio de 2026 foi marcado por uma inflação resiliente no dia a dia das famílias, com pressão vinda principalmente de alimentos e energia, enquanto o grupo de transportes (combustíveis e passagens aéreas) trouxe um alívio parcial. No ambiente de projeções, o mercado elevou as



expectativas de inflação para o fechamento do ano. O cenário fiscal, por sua vez, beneficia-se temporariamente das receitas extraordinárias geradas pela alta internacional do petróleo, mas mantém o alerta ligado quanto à sustentabilidade das metas fiscais no longo prazo, devido à dívida pública crescente e ao encarecimento dos juros de mercado. Em maio, o cenário macroeconômico global permaneceu tensionado por uma elevada incerteza geopolítica, impulsionada pelo acirramento dos conflitos no Oriente Médio iniciados no final de fevereiro. O principal canal de transmissão para a economia real continuou sendo a inflação global, afetada não apenas pela oscilação da energia (petróleo), mas também pelo repasse dos custos de transporte para os bens industriais e de consumo. Nesse contexto, o mercado de renda fixa seguiu sob forte pressão (com a curva de juros futuros abrindo diante da expectativa de que os bancos centrais mantenham taxas altas por mais tempo), enquanto o mercado de renda variável passou a exibir maior volatilidade e menor resiliência, refletindo a deterioração das expectativas inflacionárias globais e domésticas. Foi apresentado o relatório com todos os investimentos do CaraguaPrev pelo sistema financeiro da LDB empresas, com a seguinte posição dos investimentos no mês: a) Títulos do Tesouro Nacional, que representam 62,12% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês e no ano. A estratégia de compra direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, auxilia numa “ancoragem de rentabilidade” visando superar a meta atuarial e contribuir para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano, conforme aprovação nas atas anteriores, permanece a decisão do Conselho de realocação dos recursos dos vencimentos dos títulos e dos seus cupons de juros semestrais em recompra de Títulos, desde que as taxas estejam acima da meta atuarial; b) Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos que representam 9,24% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês, com aprovação da Política de Investimentos para alocação no segmento; c) Fundos ou ETFs de Renda Fixa que representam 27,17% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano, com aprovação do Conselho para alocação de recursos oriundos de contribuições previdenciárias, aplicação dos resgates de fundos de investimento de renda variável, sendo um investimento atrativo, com pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial; d) FIDC Cota Sênior que representa 0,09% da carteira do Instituto, apresentou rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês, com manutenção da posição atual e não extensão do prazo por assembleia geral de cotistas, por vedação normativa; e) Fundos de Ações que representam 0,99% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial do ano, diante do cenário econômico a renda variável ainda apresentará volatilidade, com aprovação de manutenção; e f) Fundos de Investimento Estruturados representam 0,39% da carteira do Instituto e apresentaram rentabilidade acima da meta



atuarial no mês e do ano, com manutenção da posição atual e aumento gradativo caso o cenário exterior se mostre favorável. Após apresentação, a prestação de Contas maio de 2026 passou por deliberação dos membros do Comitê de Investimentos, sendo aprovada por todos os presentes. O segundo item da pauta trata da Certificação profissional RPPS, que é uma qualificação exigida ou reconhecida para pessoas que atuam na gestão, governança e fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Essa certificação tem como objetivo garantir que os representantes dos RPPS possuam conhecimentos técnicos adequados para desempenhar suas funções com segurança, responsabilidade e conformidade com a legislação previdenciária. Destaca-se que a certificação poderá ser obtida por meio de curso de capacitação profissional realizado por instituição certificadora reconhecida pela Secretaria de Regime Próprio, observados os requisitos e conteúdos mínimos estabelecidos pelo Ministério da Previdência, sendo a certificação por curso aprovada pelos membros do Comitê. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária foi renovado e está vigente até o dia 31 de outubro de 2026. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pelo Presidente do Comitê às 09h15min, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação pelos membros do Comitê de Investimentos.

Anderson Franco B. do Nascimento
Diretor Financeiro
Presidente do Comitê de Investimentos



Pedro Ivo de Sousa Tau
Presidente do CaraguáPrev
Certificado ANBIMA CPA-10



Adriana Zambotto Fernandes
Membro do Comitê
Certificado ANBIMA CPA-10



Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Comitê
Certificado ANBIMA CPA-10



Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Comitê

